

Almeida

Constituinte começa a etapa final

P1

10 DEZ 1981

GAZETA MERCANTIL

por Andrew Greenlees de Brasília

Começa a etapa final do processo de elaboração da nova Constituição. O impasse que a Assembléia Constituinte enfrentou nas últimas quatro semanas terminou na noite de ontem: o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Assembléia Constituinte, conseguiu conciliar o bloco conservador chamado "Centrão" com as facções de esquerda lideradas pelo senador Mário Covas (PMDB-SP) em torno de um novo projeto de mudança do regimento interno da Constituinte.

O resultado da votação mostrou o quanto expressivo foi o acordo alcançado, pois, de um total de 559 constituintes, nada menos que 434 aprovaram e apenas 48 parlamentares de partidos de esquerda (PDT, PT, PCB e PC do B) ficaram contra.

Mas, momentos depois, no mesmo plenário, produziu-se um fato político importante: o senador Covas, líder do PMDB na

Constituinte, sofreu uma nova e grave derrota, imposta pelo bloco conservador. O senador insistia em tentar vetar uma proposta do "Centrão", a de que uma emenda para obter preferência de votação precisa de apenas 280 assinaturas. Passou a manhã e a tarde tentando arregimentar aliados, até mesmo entre os conservadores.

No começo da noite, um dos líderes do bloco conservador, deputado Dado Coimbra, que tem uma reputação de raramente errar na projeção de uma votação no Congresso, nos últimos trinta anos, chegou a indicar que Covas conseguira apoio de 238 constituintes. Coimbra errou. Quando a votação acabou, Covas contabilizava apenas 194 sob o seu comando e 285 contra. Foi a terceira derrota do líder do PMDB em dez dias, que na semana passada deixou a executiva do partido.

Agora, o trabalho dos constituintes volta a obedecer a um rígido cronograma. Até o dia 19, o senador Bernardo Cabral (PMDB-

AM) prepara o relatório final sobre o regimento interno. Em seguida, a Constituinte entra no recesso de fim de ano. A partir de 2 de janeiro recomeçam as sessões e o processo de votação de cada linha do projeto de 349 artigos produzido pela Comissão de Sistematização. Esse texto é o resumo de dez meses de trabalho, em que mais de 40 mil propostas foram discutidas, mas, certamente, sofrerá mudanças em aspectos fundamentais, como a estabilidade no emprego, a imprescritibilidade das ações trabalhistas, as restrições ao capital estrangeiro e a definição de empresa nacional, entre outros.

Essa nova etapa da Constituinte será acompanhada por um esforço político paralelo em quase todos os estados. As Assembleias Legislativas começam, ainda neste mês, a elaborar a versão inicial das novas Constituições estaduais. Devem tomar como base, como já está sendo feito em São Paulo, a estrutura do projeto produzido pela Comissão de Sistematização em seus aspectos consensuais — como é o caso do capítulo sobre a distribuição dos tributos.

As assembleias estaduais terão seis dias de prazo, depois de promulgada a Constituição Federal, para começar a formular as cartas regionais. E devem terminá-las no máximo seis meses depois. Num ano de eleições municipais, como está previsto para 1988, esse trabalho terá grande importância, pois envolve, por exemplo, questões sobre a autonomia dos municípios.

Os empresários, cuja participação na cena política cresceu nos últimos dois meses, com o aberto patrocínio de suas entidades à articulação na Constituinte, que redundou na formação do chamado "Centrão", operam com um olho na Carta federal e outro na preparação do "lobby" para influenciar as votações das Constituições estaduais. E o caso da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Já a Confederação Nacional da Indústria (CNI) começa a se estruturar para a etapa seguinte no âmbito do Congresso Nacional: a aprovação das novas leis ordinárias.